



**Eleições para Deputados à Assembleia da República
27 de Setembro de 2009**

**Apresentação Pública dos Primeiros Candidatos da CDU
Círculo Eleitoral de Lisboa**

Hotel Altis, Lisboa, 8 de Julho de 2009

Amigos e Camaradas,

Em nome da Associação Intervenção Democrática, saúdo vivamente todos quantos hoje aqui se encontram, expressando o seu apoio e dando a força tão necessária à nossa Coligação, no momento em que apresentamos publicamente os primeiros candidatos da Coligação Democrática Unitária pelo Círculo Eleitoral de Lisboa às Eleições que se realizam no final do próximo mês de Setembro para Deputados à Assembleia da República.

Em nome da ID saúdo as mulheres e homens que integram as listas de candidatos da CDU em representação do Partido Comunista Português, do Partido Ecologista “Os Verdes” e os muitos e muitos independentes, que neste espaço de ampla e livre participação, se reúnem e lutam com determinação pela afirmação do único projecto político em Portugal que possui condições para garantir a construção de um País mais justo e humano e mais desenvolvido – o Projecto da CDU!

Permitam-me que sublinhe o facto de lançarmos aqui uma candidatura a um acto que se destina a eleger os Representantes do Povo Português na Assembleia da República, e não qualquer candidatura ao Governo, e menos ainda a Primeiro Ministro.

Sublinho este aspecto porque o consideramos essencial para o esclarecimento dos eleitores e para o debate que vai ser travado na campanha eleitoral: estas eleições dizem respeito à definição da política e das políticas que os Portugueses querem ver tornadas realidade no seu quotidiano, não dizem respeito aos nomes daqueles que terão como responsabilidade, depois, executar essas políticas.

Em 27 de Setembro os Portugueses vão eleger os 230 Deputados à Assembleia da República. É da repartição pelas diferentes forças políticas dos lugares escrutinados nesse dia, e no quadro dos respectivos programas políticos, que será formado, nos termos Constitucionais, o futuro Governo de Portugal.

É isto que manda a Constituição Democrática da República, e é disto que estamos necessariamente hoje aqui a tratar.

Mas não é disto que alguns querem fazer crer aos Portugueses que se trata. O embuste já começou, unindo num discurso centrado na mentira e na demagogia de uma falsa escolha para o Governo, personalizada na escolha do Primeiro Ministro, a grande maioria dos dirigentes e responsáveis partidários do PS, do PSD e do CDS-PP, analistas e cronistas políticos dos mesmos quadrantes político-partidários, os principais editorialistas da subserviente comunicação social, e até eminentes figuras pardas da política portuguesa dos últimos trinta anos, como Mário Soares, ex-primeiro ministro e ex-Presidente da República, que não perdem uma oportunidade para mentir ao Povo Português na senha da defesa dos seus interesses pessoais e partidários, e no profundo desrespeito pelo espírito e pela letra da lei fundamental do nosso País que, não obstante, juraram e juram todos os dias defender.

Falam-nos estes senhores como se os Portugueses, na livre expressão da sua vontade relativamente à determinação da política que o nosso País deve ou não deve seguir, por qualquer insondável razão ou destino, estivessem condenados e limitados a ter que optar entre Sócrates ou Ferreira Leite, com eventual ou eventuais apêndices de circunstância, como Portas ou mesmo Francisco Louçã!

Por isso, tentam entreter-nos com a falsa questão da governabilidade do País, palavrão que inventaram para mascarar a única coisa que, de facto, os move e mobiliza: as suas ambições ilimitadas de manter o seu poder, perpetuando as políticas que têm resultado em tão nefastos resultados para a esmagadora maioria dos Portugueses e das Portuguesas.

Porque não é a questão de governabilidade do País que está em causa, e eles sabem isso melhor que ninguém. O que está em causa nesta sua campanha é a tentativa de perpetuação de um modelo de desenvolvimento e de uma política que fracassou há longo tempo em Portugal e em todo o mundo, e que se revelou totalmente incapaz de promover o desenvolvimento do país.

Esta é, por isso, uma primeira questão política central com que nos confrontamos neste combate eleitoral. O que está em causa não é a decisão sobre quem vai ser primeiro ministro e sobre que Governo vamos ter após as eleições. O que está em causa é a decisão sobre que projecto político vai ser prosseguido, e esse é determinado pela relação de forças que se estabelecer em consequência do voto do Povo.

É preciso que o Povo saiba que quando aqueles senhores o confrontam com o discurso de que a única escolha que há a fazer é entre Sócrates e Ferreira Leite, escamoteando que no terreno existem alternativas reais e concretas à política de ambos, estão a mentir, estão a enganar. Pedem o voto do Povo, mas não são sinceros relativamente ao que, afinal, querem de facto dar-lhe em troca da sua confiança.

Por isso é fundamental reforçar a votação na CDU, aumentar o número de Deputados eleitos pelo PCP, pelos Verdes e Independentes na Assembleia da República, porque quanto maior for a representação parlamentar das forças políticas que integram a nossa Coligação, maior será a possibilidade de influenciar directamente o rumo das políticas que o País tomará após as eleições.

Reforçar os Grupos Parlamentares do PCP e dos Verdes – uma decisão que está exclusivamente nas mãos dos Portugueses através do seu voto – é condição essencial para a ruptura com a actual política de direita, prosseguida pelo PS no actual Governo, mas que em nada difere de todos os governos dos últimos 30 anos no nosso País, tenham eles sido do PS, do PSD ou do PSD com o CDS-PP ou mesmo do PS com o CDS-PP, ou ainda do PS com o PSD.

Porque são os Deputados eleitos pelo PCP, pelos Verdes e Independentes os únicos que poderão impor na Assembleia da República uma ruptura decisiva com a política de direita que tem sido prosseguida pelos partidos que têm governado Portugal nos últimos trinta anos.

Os nossos Deputados são os únicos capazes de protagonizar a necessária mudança para que o nosso País possa finalmente enveredar por uma via política alternativa, e não de mera alternância nas cadeiras do poder, capaz de soluções concretas na resolução dos problemas com que se confrontam cada vez mais Portugueses e Portuguesas, capaz de responder positivamente aos dramas sociais que afectam as centenas de milhares de cidadãos que se confrontam com o desemprego, com o trabalho precário e sem condições nem direitos, com salários e reformas de miséria, com a falta de acesso aos serviços de saúde, à educação e à justiça, com a redução das garantias no acesso à segurança social.

Para que esta ruptura política decisiva seja possível, será necessário derrotar não apenas o PS e o seu Governo nestas eleições, mas será igualmente necessário garantir uma efectiva derrota da política de direita que vem sendo imposta aos Portugueses nestas três últimas décadas, colocando ponto final à rotatividade do PS e PSD no exercício do poder em Portugal.

Uma rotatividade que apenas tem significado a permanente continuidade daquela política de direita, e conseqüentemente a ausência de capacidade de resposta efectiva aos problemas reais com que o país se confronta.

E não nos deixemos enganar pelas lágrimas de crocodilo – encenadas com alguma mestria pelo primeiro ministro Sócrates por exemplo no arranque do último debate sobre o Estado da Nação na Assembleia da República há uns dias atrás – sobre a questão da crise internacional e os seus efeitos nos resultados da governação em Portugal. Como se a crise internacional fosse a razão única, ou mesmo principal, para a degradação da situação que vivemos em Portugal.

Este é um argumento de mau pagador, como diz o Povo com toda a razão, de alguém que parece ter-se esquecido, não apenas das promessas que fez, mas principalmente das políticas que conduziu e aplicou. Ou melhor, este é o argumento de alguém que quer que os Portugueses agora se esqueçam dessas promessas e da política prosseguida nos últimos quatro anos. É uma operação de branqueamento inaceitável das responsabilidades do Governo, e em particular do seu primeiro ministro, relativamente à dramática situação económica e social em que vive uma grande, e infelizmente crescente, parte da população de Portugal.

Como se não fossem as políticas defendidas e postas em prática pelo Partido Socialista nestes quatro anos de “Governo Absoluto”, as mesmas que foram postas em prática pelos governos anteriores dos PSD com ou sem do CDS-PP, como pelos governos de todos os países capitalistas nas últimas décadas, como se não fossem essas políticas as responsáveis únicas pela tão falada crise internacional.

Isto é, como se fossem Sócrates, Durão Barroso, Sarkozy, Tony Blair, George Bush, Angela Merkel, Zapatero, ou Ferreira Leite e Paulo Portas, entre tantos outros, apenas bons e esforçados rapazes, empenhados no bem estar e felicidade dos seus concidadãos, falhando tão somente porque foram apanhados – quem sabe se à traição – pelos efeitos de uma “crise” órfã, sem pai nem mãe, mas que resolveu cair-lhes em cima dificultando-lhes a sua excelente acção governativa.

De facto, a crise internacional que vivemos, e que à grande esmagadora maioria dos cidadãos, isso sim, foi imposta contra a sua vontade, deve-se exclusivamente às políticas de direita que todos estes eminentes estadistas, todos eles, do PS, do PSD do CDS-PP, defenderam e prosseguiram, ainda que agora pretendam aparecer aos nossos olhos como inocentes vítimas do sistema.

O que está em causa nas eleições de 27 de Setembro próximo é criar as condições necessárias para romper um ciclo vicioso de muitas décadas de governação com políticas de direita, substituindo esse ciclo por uma nova era de progresso e desenvolvimento sustentado numa política de esquerda, que promova a resolução dos verdadeiros problemas com que os portugueses se confrontam, que promova o emprego, o investimento nas actividades produtivas, que combata com eficácia as desigualdades económicas e sociais que hoje se agravam de dia para dia, e que promova o aparelho produtivo nacional.

Uma tal política apenas poderá ser uma realidade rompendo decisivamente com a prática política prosseguida nos últimos quatro anos pelo PS de Sócrates, a mesma prática política, sem tirar nem por, dos governos anteriores de Santana Lopes, Durão Barroso, António Guterres e mesmo Cavaco Silva e Ferreira Leite – para não recuar mais no tempo.

Uma ruptura que apenas poderá acontecer com o reforço da votação na CDU, e o consequente aumento do número de deputados do PCP, dos Verdes e Independentes na Assembleia da República, que torne possível o desenvolvimento de um projecto político de esquerda, que rompa com as receitas de todos os partidos políticos que já estiveram no Governo, receitas que tendo conduzido directamente a esta crise, não poderão nunca fazer-nos sair dela.

Em 27 de Setembro as portuguesas e os portugueses terão uma extraordinária oportunidade de afirmar, em alta voz, que existem alternativas no nosso país às políticas de direita prosseguidas pelo PS, PSD e CDS-PP, e que essas alternativas passam pelo projecto político de esquerda, solidário, justo e humano, protagonizado pela CDU.

Porque é na CDU que reside a capacidade de ruptura com a política de direita dos últimos anos, e a força e esperança para a construção de um País mais justo, mais fraterno e mais solidário.

Por isso, com toda a determinação, gritamos juntos que a CDU Avança, com toda a Confiança!

Viva a CDU!
Viva Portugal!